



O TERMO AGRICULTURA FAMILIAR NA PERSPECTIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Loraine Porto Da Silva¹, Gabriel Sousa² e Danielle Wagner³

Através deste trabalho objetivou-se analisar a compreensão dos agricultores familiares sobre o significado do termo que os classifica politicamente e academicamente. Considerando a diversidade de definições sobre o termo “Agricultura Familiar”, os resultados da pesquisa podem contribuir para reflexões acerca do caráter polissêmico que este termo apresenta e do sentido do enquadramento teórico e normativo de atores sociais. A pesquisa de campo foi realizada no mês de Agosto através da aplicação de questionário semiestruturado junto a agricultores familiares que comercializam seus produtos diretamente em feiras situadas na cidade de Santarém Pará. Foram entrevistados 30 agricultores (homens e mulheres) na faixa etária de 20 anos a 71 anos. A revisão de literatura sobre o tema mostra que o termo Agricultura Familiar, utilizado atualmente tanto no debate político-normativo quanto acadêmico, surge no Brasil no início da década de 1990, tendo sido precedido pelos termos camponês e pequeno produtor. Academicamente esse termo representa uma categoria genérica cujos modos de vida das famílias e sistemas de produção estão associados, havendo graus diferenciados de inserção das mesmas no mercado. Com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF (Decreto nº 1.946/96) e com o sancionamento da Lei nº 11.326/2006 a expressão Agricultura Familiar tornou-se, em termos jurídicos, uma categoria normativa que abarca diversas formas de produção familiar. Enquanto categoria teórica é por vezes confundida com o campesinato, visto que as duas categorias possuem traços semelhantes. Os resultados da pesquisa de campo mostram que, dentre os entrevistados 97% consideram-se agricultores familiares. Foi observado que 37% definiram agricultura familiar como produção agrícola cujo trabalho é realizado pela própria família, 17% como uma forma de sustento para a família e 10% afirmaram que é o ato de plantar, comercializar e trocar produtos. Sobre a Lei da Agricultura Familiar apenas 17% afirmaram obter conhecimento sobre a lei. Notou-se também que há uma relação entre o conhecimento a respeito da lei e a participação dessas pessoas em discussão/reunião/evento a respeito do termo. Ao ser questionado se há diferença entre o agricultor familiar e o produtor rural 10% das pessoas afirmaram que o agricultor trabalha com a família em pequena escala e o produtor rural trabalha em grande escala. Mesmo entre os agricultores familiares, há variabilidade de significados sobre o termo devido à compreensão de cada indivíduo. No entanto, o trabalho familiar e a produção para o “sustento” da família mostram-se como elementos significativos para a classificação em oposição à nossa de lucro circunscrita na produção em larga escala e com mão de obra contratado, coadunando com características apontadas na literatura sobre a categoria campesinato. É importante o estudo da temática, pois assim é possível compreender de forma mais ampla não somente o termo, mas a categoria Agricultura Familiar, possibilitando melhor análise das diversificadas definições e dos distintos entendimentos dos atores sobre si, corroborando com o debate sobre a construção da identidade e da diferenciação social no campo.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar; Categorias sociais; Identidade.

¹UFOPA/Instituto de Biodiversidade e Floresta/Discente do curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias/Produção Vegetal. E-mail: loraineporto04@gmail.com.

²UFOPA/Docente do Instituto de Biodiversidade e Floresta Email: danielle.wagner@ufopa.edu.br; Orientadora.

³UFOPA/Instituto de Biodiversidade e Floresta/Discente do curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias/Produção Vegetal. Email: gsousa160@gmail.com;